

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA
PECUARIZAÇÃO E MUDANÇAS O CASO DO
ALTO PURUS-ACRE.

Juraci Regina Pacheco Nunes.
Universidade Federal de Acre – Brasil.

1.0 – INTRODUÇÃO

Na atualidade, a questão do espaço ganha no país uma dimensão que transcende o propriamente geográfico para interessar, notadamente, a sociedade como um todo. O espaço passa a ser privilegiado em virtude da importância que assume como produto e produtor de relações sociais e, por tanto, da ação política. O seu ambiente físico e sócio-econômico é pois, objeto de controle dessa sociedade. Daí os conflitos no espaço e pelo espaço.

O presente trabalho, representa um esforço oportuno de análise geográfica do processo de reorganização do espaço agrário do Alto Purus no período 1970 – 1989, no bojo de uma política de modernização da agricultura pela via pecuária. Buscamos associar as mudanças e conseqüências decorrentes desse fenômeno à adoção desse pacote modernizador. Faz-se necessário dizer que os estudos aqui realizados não se encerram neste ensaio, mesmo porque a dinâmica do processo modernizador a que se dá ênfase não o permitiria.

Para se conhecer mais detalhadamente a temática em pauta, consideramos necessário conduzir a pesquisa em três etapas distintas, abrangendo técnicas de pesquisa e formas de abordagem em geral utilizadas nas investigações de natureza geográfica.

2.0 AGRICULTURA E MUDANÇAS NO ALTO PURUS.

A região do Alto Purus vem sofrendo alterações no seu quadro agrário. A partir da penetração da pecuária, o extrativismo retraiu-se, novas relações de trabalho restabeleceram-se e conflitos sociais despontaram.

2.1 – A Apropriação da terra e a Expansão da Atividade Agrícola.

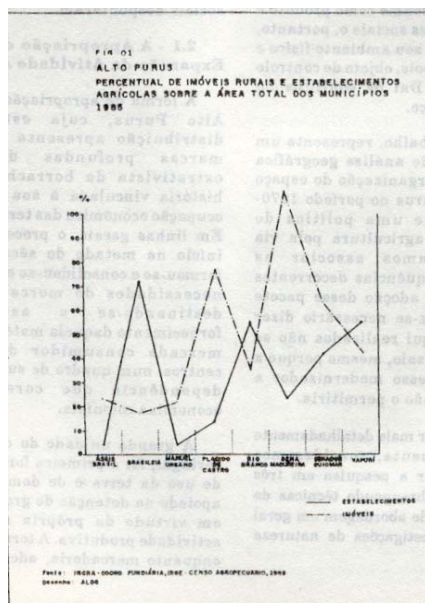
A forma de apropriação de terra no Alto Purus, cuja estrutura de distribuição apresenta a princípio marcas profundas do sistema extrativista da borracha, tem sua história vinculada á sua inserção na ocupação econômica das terras acreanas. Em linhas gerais, o processo teve seu início na metade do século passado, formou-se e consolidou-se em função das necessidades do mercado externo destinando-se a assegurar o fornecimento daquela matéria-prima ao mercado consumidor dos grandes centros, num quadro de subordinação e dependência que caracteriza as economias coloniais.

A grande unidade de exploração, o seringal, foi a primeira forma de posse, de uso da terra e de domínio do solo, apoiado na detenção de grandes glebas, em virtude da própria natureza da atividade produtiva. A terra não existia enquanto mercadoria, ademais, não se verificava nessa época uma preocupação com a legalização da terra, até porque esta havia e, ainda há, em abundância e a sua posse era mansa e não se legalizava.

No entanto, acontecimentos recentes assinalam profundas alterações na organização do espaço acreano, sobretudo no espaço agrário, em face da implantação de uma política regional de desenvolvimento e integração da Amazônia ao resto do país, posta em prática já partir dos anos 50, que não pode ser entendida sem a anuência, decisão e participação também de governo local com suas estratégias geopolíticas. Estava assim sacramentado o acesso à terra, numa região de economia decadente, onde a perspectiva de venda de glebas investidores de outras regiões tornou-se uma alternativa capaz de solucionar crises financeiras de um pequeno número de proprietários rurais extremamente endividados junto ao principal agente financeiro – o BASA.

Analisando os do cadastro rural para 1985, observa-se que na região do Alto Feres quase não há terras-sem dono. Isso se constitui numa contradição se nos reportamos número de famílias sem terra que tradicionalmente se ocupavam da extração do látex e, hoje, liberadas pelo setor primário migram para a cidade ou para as áreas de fronteira.

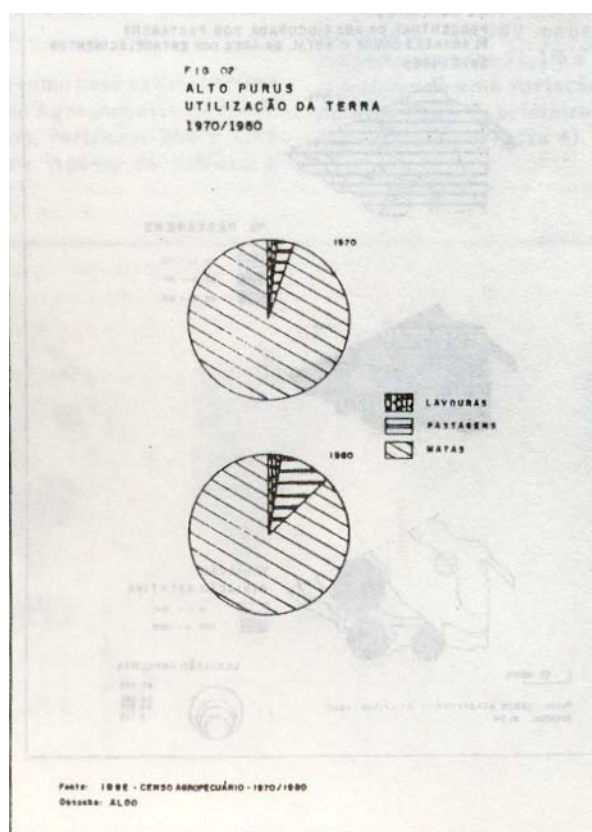
Com exceção de Assis Brasil e Manuel Urbano (em virtude da distância e dificuldades de acesso), as áreas dos imóveis rurais atingem índices bastante elevados e, no caso de Sena Madureira ultrapassa a área municipal (127,9) (figura1).



O processo de apropriação de terras nos municípios pesquisados, Rio Branco e Senador Guiomard, ocorre de forma intensa, se consideramos o percentual da área apropriada sobre a área total do município nos últimos dez anos.

É extremamente importante que os dados de apropriação da terra sejam colocados no contexto de seu aproveitamento.

No Alto Purus, em 1970, a área da matas destinadas à extração vegetal correspondia a um percentual de 94,9% sobre a área total utilizada. O restante distribuía-se entre lavouras e pastagens: 1,6% e 3,5%, respectivamente. Isso significa que, nesta região, tanto as lavouras quanto as pastagens ocupavam um mínimo da área explorada **(Figura 2)**.



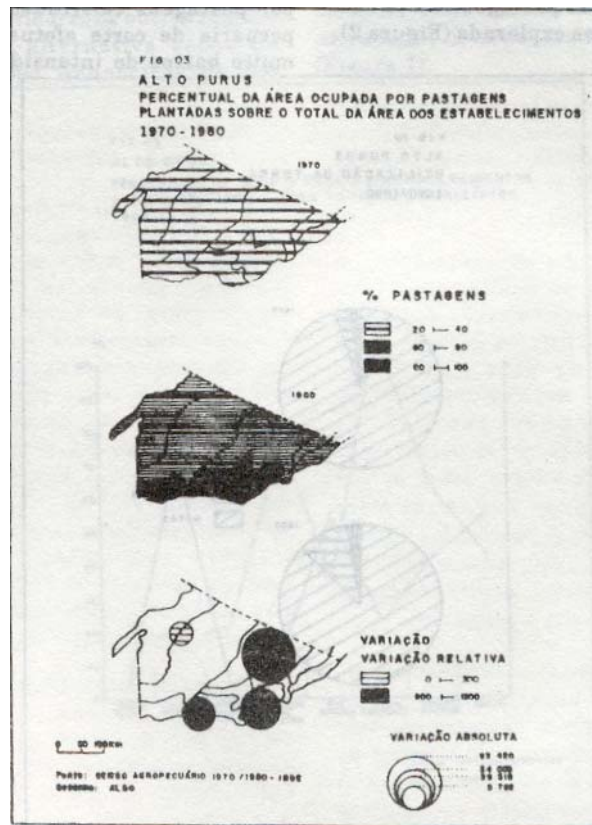
Observa-se que, além da extração do látex, desenvolvia-se também aí coleta de castanha que, em regra geral, realiza-se na estação chuvosa, quando necessariamente cessam todas as outras atividades.

No período de 1970-1980, altera-se o conteúdo do quadro exposto. Ocorre uma redução nas áreas de matas e, concomitantemente, as lavouras alcançam 2,4% e as pastagens 10,4% de área total utilizada. Frequentemente extensas áreas de floresta reservadas ao extrativismo vêm sendo substituídas por lavouras de subsistência, normalmente realizadas nos pequenos estabelecimentos rurais cujo

excedente é comercializado no mercado interno e por pastagens cultivadas destinadas à pecuária de corte efetuada em níveis muito baixos de intensidade. Contudo, na análise da evacuação das áreas da lavoura, observa-se que estas ocupam no Alto Purus uma área ainda muito pequena. Esta região é considerada a mais importante zona agrícola do Estado, aí predominando a lavoura temporária que ocupa sempre a maior área.

No entanto, o que caracteriza a expansão da agricultura nesta região é a utilização do solo para pastagens.

No período intercensitário 1970-1980, o percentual correspondente à variação das áreas de pastagens chegou a alcançar 331,4%, equivalente a um aumento absoluto de 228,961 ha. Efetivamente, a floresta vem sendo derrubada para a formação de pastagens destinadas à pecuária de corte, sobretudo no trecho Rio Branco- Xapuri- Brasiléia. Não se pode deixar de observar que, a nível regional, a variação significativa, os dados indicam para Rio Branco e Xapuri a mais alta taxa até então registrada (**Figura 3**).



Durante o trabalho de campo, foi possível constatar extensa área de pastos degradados ou em processo de degradação, vítimas de manejo deficiente e de solo de baixa fertilidade, as pastagens do Alto Purus, como de todo o Acre, acabam golpeadas pela falta de nutrientes e sucumbem facilmente à

agressividade da vegetação secundária que ressurge no meio do capim, formando área de capoeira.

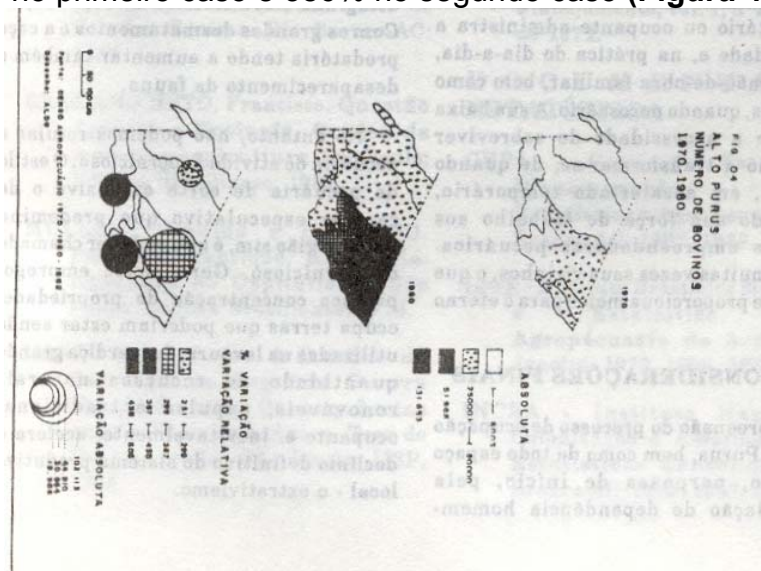
2.2 – Pecuarização e Mudanças

A década de 1960 / 1970 é caracterizada por uma grande transformação na agricultura brasileira. Estudos comparativos com a década anterior (1950/1960) registram a destacada posição econômica bovina no conjunto das atividades agrícolas do país. Essa ascensão econômica da atividades pastoril acopla-se a um processo de crescimento acelerado criatório (pecuarização) que conseqüentemente resulta numa expansão relativamente rápida das pastagens, sobretudo as plantadas (pastaginização).

Tomando-se como base as estatísticas básicas do Censo Agropecuário do IGBE nos últimos anos, verificasse que o Acre não foge á regra. Apesar de recente, o fenômeno da pecuarização penetrou rapidamente nas terras acreanas em áreas anteriormente ocupadas e organizadas em função do extrativismo vegetal. A pecuária permanece como principal atividade na expansão da fronteira, como aquela que permite a ocupação de grandes extensões sem investimentos de volume, preenchendo o intenso cinturão verde voltado para o extrativismo e materializando-se como elo de articulação do espaço ao capital.

Os dados analisados nos permitem visualizar que entre 1970 y 1980, na região do Alto Purus, o rebanho bovino cresceu expressivamente, registrando uma variação percentual de 337,7%, o que equivale a um total de 194.680 mil cabeças para o período.

Em 1980, Xapuri alcançou 51,965 e Brasiléia. 38.967 cabeças, ou seja, respectivamente 21,1% e 15,8% do total, significando uma variação elevada, para mais de 400% no primeiro caso e 386% no segundo caso (**Figura 4**).



Numa perspectiva atual, é fácil concluir que o avanço da pecuarização sobre o extrativismo introduz mudanças nas relações de trabalho. Com isso, a estrutura

social da região tornou-se mais diversificada. Surge a priori a figura peão, ora assalariado temporário, utilizado principalmente na época do desmatamento, ora assalariado permanente, alistado para os serviços gerais da fazenda ou para o trato com o gado (vaqueiro). Além dessa mão-de-obra, destacam-se também os diaristas do tipo volante, convocados somente por ocasião de maiores serviços.

A análise da composição da força de trabalho nos imóveis rurais dos municípios pesquisados aponta o predomínio na utilização da mão-de-obra assalariada temporária no processo produtivo. Apenas os imóveis excepcionalmente grandes (1 000 a 10 000 ha), mais capitalizados e onde se observa um ritmo crescente do processo de pecuarização e que absorvem mão-de-obra assalariada de caráter permanente.

Genericamente, o pequeno proprietário ou ocupante administra a propriedade e, na prática do dia-a-dia, utiliza mão-de-obra familiar, bem como diaristas, quando necessário. A sua baixa renda e a necessidade de sobreviver levam-no a transformar-se, de quando em vez, em assalariado temporário, vendendo sua força de trabalho aos grandes empreendedores pecuários. Esses, muitas vezes seus vizinhos, o que suscita e proporciona meios para o eterno ir e vir.

3.0 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apreensão do processo de ocupação do Alto Purus, bem como de todo espaço acreano, perpassa de início, pela intercalação de dependência homem-meio natural. A exuberância e a riqueza da mata, as pujanças de redes hidrográficas, criaram condições para a ocupação do espaço. A interação persiste, mas agora com a inversão de papéis: a expansão das pastagens destrói a mata e áreas ricas em seringueiras e castanheiras, que frequentemente têm sido substituídas por sistemas de uso da terra instáveis e inadequados.

Mudanças significativas ocorrem nas relações de trabalho evidenciando a presença de uma mentalidade empresarial: intensificam-se os conflitos pela posse da terra; avolumam-se os problemas sociais; acentua-se o êxodo rural-urbano. Ademais, a derrubada da floresta e a prática de queimadas para a formação de pastos, sobretudo, ao longo dos rios, poderá alterar o regime de drenagem das bacias hidrográficas, aumentando a seqüência de enchentes e inundações tornando-se mais intensas; poderá agravar o empobrecimento da flora, uma vez que várias espécies frutíferas têm sido constantemente dizimadas pelo fogo, atingindo o seu sistema de reprodução. Com os grandes desmatamentos e a caça predatória tende a aumentar também o desaparecimento da fauna.

No entanto, não podemos rotular a pecuária de atividade perniciosa. O estilo de pecuária de corte extensiva ou de caráter especulativo que predomina nesta região sim, é que pode ser chamado de pernicioso. Gera pouco emprego, provoca concentração de propriedade, ocupa terras que poderiam estar sendo utilizadas na lavoura, desperdiça grande quantidade de recursos naturais renováveis,

expulsa o tradicional ocupante e, inevitavelmente, acelera o declínio definitivo do sistema produtivo local – o extrativismo.

4.0 – BIBLIOGRAFIA

Livros e Teses

AKCLRUD, Isack. **O que todo cidadão precisa saber sobre reforma Agrária.** A luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora Global, 1987,

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Experiencies de Colonization, Rurale dans L´Acre, en Amazonie Brasiliense.** Tese de Doutorado, Université de Bordeaux III, Bordeaux: 1985.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia – A Nova Fronteira de Recursos.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

CALIXTO e outros. **Acre, uma Historia em Construção.** Rio Branco: Editora FDRHCD, 1985.

CASTRO, Antonio Barros. **7 Ensaio sobre a Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora Florence, 1972.

DUARTE, Élio García. **Conflitos pela Terra no Acre: A resistência dos seringueiros em Xapuri.** Série de Estudos Básicos. Rio Branco-AC: 1987.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia, Crítica da moderna agricultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

MULLER, Geraldo e CARDOSO, Fernando Henrique. **Amazônia: Expansão do Capitalismo.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

MARTINELLO, Pedro. **A Batalha da Borracha na Segunda Guerra Mundial e suas Cosequências para o Vale Amazônico.** Teses de Douteramento, São Paulo: USP, 1985.

OLIVEIRA, Arvioaldo Umbelino de. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos.** Campinas: Editora Papirus, 1987.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Questão Agrária.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, Ivan de Otero. **Agricultura, Democracia e Socialismo.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

----- (coord.) **Estrutura Agrária e produção de Subsistencência na Agricultura Brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

VALVERDE, Orlando (coord.) **A organização do Espaço na faixa da Transamazônica.** Convênio IBGE/INCRA. Rio de Janeiro: 1989.

NETO, Delfim. **Agricultura e Desenvolvimento no Brasil.** Estudos ANPES, nº 5, São Paulo: 1966.

PAIVA, Ruy Muller. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura.** Pesquisa e planejamento, vol. 1, nº 2, dezembro de 1971.

DOCUMENTAÇÃO ESTATÍSTICA

CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Estatísticas Agropecuárias.** Rio de Branco – AC: 1987, 1988, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de Acre.** Rio de Janeiro: 1970, 1980, 1985.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatísticas Consolidadas.** Rio Branco – AC: 1986, 1987, 1988, 1989.